

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N° , DE 2011

(Da Sra. Carmen Zanotto)

Requer a realização de Audiência Pública com o Ministro-chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci, para prestar esclarecimentos sobre sua evolução patrimonial desde o ano de 2006.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, IV combinado com o artigo 219, I, e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Exmo. Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil Antônio Palocci para prestar esclarecimentos sobre sua evolução patrimonial desde o ano de 2006.

JUSTIFICATIVA

Conforme amplamente noticiado pela mídia, o Ministro-chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, teve seu patrimônio multiplicado por 20 entre 2006 e 2010, quando ele ainda era Deputado Federal. As notícias dão conta que o Ministro comprou um apartamento no valor de R\$ 6,6 milhões e um

escritório no valor de R\$ 882 mil, controlados pela empresa Projeto, na qual Palocci possui 99,9% do capital, ambos em área nobre São Paulo, entre 2009 e 2010, o que acabou multiplicando seu patrimônio em 20 vezes em quatro anos. Em 2006 era de R\$ 375 mil em valores corrigidos (de acordo com o declarado no ano à Justiça Eleitoral), para mais de R\$ 7 milhões.

Em comunicado à imprensa, divulgado no domingo, 15 de maio, a assessoria de imprensa da Casa Civil afirmou que a empresa que controla os imóveis do Ministro Antonio Palocci, a Projeto, encerrou suas atividades em dezembro de 2010, com a entrada do Ministro no atual cargo e somente se destina a administrar os dois imóveis.

Segundo a nota, o patrimônio que a empresa obteve é "compatível com as receitas realizadas nos anos de exercício", já que cobrou impostos das empresas para as quais prestou serviços no período. A mesma nota informa que a evolução patrimonial de Antonio Palocci como pessoa física consta de sua declaração de renda. O texto esclarece que as atividades da empresa eram de consultoria econômico-financeira e foram encerradas em dezembro por força da função ministerial a que Palocci se dedica hoje. E que o objeto social foi alterado, respeitando o código de ética pública, para evitar conflito de interesse com o exercício do cargo de ministro. Por isso, diz a nota, a empresa passou a ter como única finalidade a administração dos dois imóveis do ministro em São Paulo. A nota informa ainda que as atividades da empresa, as alterações de seu contrato social e as medidas tomadas para prevenir conflito de interesses foram registradas junto à comissão de ética pública da Presidência da República quando da posse do ministro.

Apesar de não haver nenhuma vedação que parlamentares exerçam atividade empresarial , a empresa Projeto foi aberta em 2006, quando o

Ministro Palocci exercia o mandato de Deputado Federal, para prestação de serviços de consultoria econômico-financeira. A assessoria do Ministro não deu informações sobre as empresas para as quais a empresa Projeto deu consultoria, não informou quem era responsável pela prospecção de clientes, como era sua rotina e quais as atribuições que Palocci exercia na firma. Também nada foi informado sobre o faturamento e os lucros obtidos pela Projeto nem como o Ministro conciliava suas atividades de deputado federal com a de consultor.

Cabe, portanto, a esta Comissão, juntamente com todo o parlamento, com base nos princípios da ética, da moralidade e da transparência, que devem reger as ações da Administração Pública, ouvir o Sr. Ministro Palocci para os devidos esclarecimentos que o caso requer. Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em de maio de 2011.

Deputado Carmen Zanotto
PPS/SC